COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 999
Rubrica

PARECER JURÍDICO

Pregão Eletrônico nº: **034/2021 – SRP.**
Assunto: **Análise de pedido de aditivo de prazo dos Contratos Administrativos nº 401/2021, 402/2021, 403/2021, 404/2021, 405/2021, 406/2021, 407/2021, 408/2021, 409/2021 e 410/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada que visa à futura e eventual aquisição de bombas e painel de proteção, visando atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos que compõem a esfera administrativa do município de Viseu/PA.**
Interessado(s): **Secretarias Municipais de Administração, Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente; T COSTA DA SILVA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 03.230.897/0001-38; J C P PRADO COMÉRCIO EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ nº 21.254.778/0001-05.**

PARECER JURÍDICO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO E CONTRATO. PEDIDO DE ADITIVO DE PRAZO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 401/2021, 402/2021, 403/2021, 404/2021, 405/2021, 406/2021, 407/2021, 408/2021, 409/2021 e 410/2021, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE VISA À FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOMBAS E PAINEL DE PROTEÇÃO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS E FUNDOS QUE COMPÕEM A ESFERA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE VISEU/PA. ANÁLISE JURÍDICA. ANÁLISE DOS REQUISITOS LEGAIS. PRORROGAÇAÕ DO PRAZO DE CONTRATO. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE DO ART. 57, DA LEI Nº 8.666/93. ASPECTOS FORMAIS OBSERVADOS. OPNIÃO PELO DEFERIMENTO. COM OBSERVANCIA DAS CONDIÇOES DE LEGALIDADE CONTIDAS NESTE PARECER.

I – Análise da possibilidade de aditivo de prazo dos Contratos Administrativos nº 401/2021, 402/2021, 403/2021, 404/2021, 405/2021, 406/2021, 407/2021, 408/2021, 409/2021 e 410/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 034/2021.

II – Admissibilidade. Hipótese de prorrogação de prazo do contrato administrativo, com base no Art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

III – Pelo prosseguimento, com observância do constante no presente parecer.

01. RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de parecer jurídico sobre o pedido de aditamento de prazo dos Contratos Administrativos nº 401/2021, 402/2021, 403/2021, 404/2021, 405/2021, 406/2021, 407/2021, 408/2021, 409/2021 e 410/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada que visa à futura e eventual aquisição de bombas e painel de proteção, visando atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos que compõem a esfera administrativa do município de Viseu/PA.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls 1000 Rubrica

2. O processo foi instruído com a solicitação das secretarias interessadas, justificando da seguinte forma:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Nesse sentido, apresentamos a seguir as razões que nos levam a entender viável e justificada a prorrogação da vigência do supracitado contrato por mais 90 (noventa) dias, a contar de 20/10/2022 a 08/01/2023:

a) A continuidade dos serviços já contratados, se faz necessário, para um bom fornecimento e manutenção nos órgão publico, tendo em vista melhoria ao atendimento a população neste município de Viseu.

b) Permite a continuidade sem tumulto dos serviços, porque não implica em mudanças estruturais ou de perfil de trabalho, nem período de readaptação;

c) Os serviços vêm sendo prestados de modo regular e tem produzido os efeitos desejados, tendo em vista que os profissionais são habilitados e tem vasta experiência na área;

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Necessita do Aditivo de Prazo, adicionando 03 (três) meses a contar dos dias 20/10/2022 a 08/01/2023. Justificando-se devido esta Secretaria municipal de Educação necessitar dos produtos acima mencionados e ainda, considerando a vigência final dos Contratos, necessita-se que seja realizada a prorrogação de prazo.

Diante do exposto, é de suma importância o acréscimo de prazo para conclusão de um novo Processo Licitatório referente à aquisição dos mesmos.

SECRETARIA DE SAÚDE

O Aditamento do Termo de Contrato com prorrogação de prazo se faz necessário, até a conclusão de novo processo licitatório, elaborado por esta Secretaria Municipal de Saúde, que já foi para abertura de novo procedimento administrativo, visando atender as necessidades desta Secretaria, não podendo para tanto esta Secretaria deixar de prestar os serviços de assistência à saúde da população, pela falta desses itens, pois elas suprem as demandas operacionais e administrativas.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Justifica-se aquisição do 1º Termo Aditivo de Prazo que tem como objetivo, o prolongamento do contrato em vigência, solicitando por mais 03 (três) Meses. A continuidade da aquisição de bombas Submersa Vibratória, mono estagio e centrifuga, para fornecimento e manutenção, tendo em vista a distribuição da agua nos órgãos públicos desta secretaria Municipal de Assistência Social, proporcionando diversos beneficios a saúde, uma vez que é indispensável na higienização do ambiente, buscando sempre a melhoria continua e a qualidade dos serviços prestados.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO Fls. 1001 Rubrica

> Vimos mui respeitosamente, através do presente, a necessidade de 1°. Termo de Aditivo de Prazo do Pregão 034/2021, no prazo de 03 meses, nos TERMOS DE CONTRATOS n° 405/2021/CPL e 410/2021/CPL no que tange da Contratação de Empresa especializada que visa à futura e eventual Aquisição de Bombas e painel de proteção, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Fundo municipal de Meio Ambiente do Município de Viseu/PA. Bem como para atendimento, de forma satisfatória, ás constantes demandas.

3. Portanto, nota-se que as secretarias demandantes apresentaram justificativa para fins de elaboração dos referidos aditivos.

4. Em análise dos Contratos Administrativos nº 401/2021, 402/2021, 403/2021, 404/2021, 405/2021, 406/2021, 407/2021, 408/2021, 409/2021 e 410/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada que visa à futura e eventual aquisição de bombas e painel de proteção, visando atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos que compõem a esfera administrativa do município de Viseu/PA, verifica-se que estes têm um prazo de vigência igual a 12 (doze) meses, iniciado em 20/10/2021 a 20/10/2022, todavia as secretarias requisitantes manifestaram a necessidade de estender tal prazo por mais 90 (noventa) dias, considerando que existe saldo no referido contrato capaz de atender as necessidades da administração municipal.

5. Ante o exposto, considerando que os pedidos de aditivo ocorreram no dia 10 de outubro de 2022, entende-se por tempestiva a referida iniciativa, considerando tratar-se de contrato ainda vigente e que não se extinguiu por decurso do prazo.

6. Há previsão na cláusula oitava do contrato sobre a possibilidade de prorrogação da vigência do contrato.

7. É o relatório.

02. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

8. Preliminarmente, cumpre destacar que compete a essa procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que estão reservados à esfera discricionária do administrador público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

9. O art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/93 prevê que o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com *"pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade"*. O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 1002
Rubrica

10. A necessidade de análise jurídica nos procedimentos administrativos licitatórios está prevista ainda nas Resoluções nº 11.535/2014 e nº 11.832/2015, alteradas pelas Resoluções nº 29/2017 e nº 43/2017 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

03. FUNDAMENTAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

11. Trata-se dos contratos administrativos nº 401/2021, 402/2021, 403/2021, 404/2021, 405/2021, 406/2021, 407/2021, 408/2021, 409/2021 e 410/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada que visa à futura e eventual aquisição de bombas e painel de proteção, visando atender as necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos que compõem a esfera administrativa do município de Viseu/PA.

12. Com relação a solicitação de aditivo de prazo, verifica-se que os contratos administrativos nº 401/2021, 402/2021, 403/2021, 404/2021, 405/2021, 406/2021, 407/2021, 408/2021, 409/2021 e 410/2021 tem prazo de vigência igual a 12 (doze) meses, findando este em 20/10/2022, todavia as secretarias requisitantes manifestaram a necessidade de estender tal prazo por mais 90 (noventa) dias, considerando que existe saldo no referido contrato capaz de atender as necessidades da administração municipal.

13. Sendo assim, considerando que os supracitados instrumentos têm seu prazo de vigência em vias de terminar, é requerido aditamento contratual para que seja garantida a continuidade no fornecimento deste item essencial aos serviços prestados pela administração.

14. Neste aspecto a Lei nº 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos nas hipóteses elencadas no Art. 57, caput "*A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*", razão pela qual de plano entende-se possível que o contrato de compras/aquisição de bens no âmbito municipal, na hipótese de não ser possível a execução total no exercício financeiro da celebração, deve o pacto obedecer à regra do artigo 57, caput, da lei de licitações, ou seja, a duração do contrato deve estar vinculada à vigência do respectivo crédito orçamentário, não se podendo estender sua execução ao exercício financeiro subsequente, conforme o supramencionado entendimento do Tribunal de Contas da União.

15. Ademais, o Artigo 57 da Lei 8.666/93 prevê excepcionalmente a possibilidade de haver a prorrogação de prazo para além do exercício financeiro nas hipóteses de contratação que versem sobre serviços a serem executados de forma continuada, senão vejamos:

> *Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*
>
> *II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;*

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls. 1003
Rubrica

16. Neste sentido, em que pese a referida hipótese legal versar sobre a prorrogação de contratação de prestação de serviços, os Tribunais de Contas já se manifestaram pela possibilidade de aplicação análoga do referido dispositivo para fins de aquisição de bens de consumo desde que de uso contínuo, como no presente caso, conforme se observa:

> *"Fornecimento Contínuo. É admitida a interpretação extensiva do disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, às situações caracterizadas como fornecimento contínuo, devidamente fundamentadas pelo órgão ou entidade interessados, caso a caso. DECISÃO NORMATIVA Nº 03, DE 10 DE NOVEMBRO 1999 Dispõe sobre a interpretação extensiva do disposto no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso XXVI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/TCDF nº 38, de 30 de outubro de 1990, e tendo em vista o decidido pelo Egrégio Plenário, na Sessão realizada em 03 de dezembro de 1998, conforme consta do Processo nº 4.942/95, e Considerando a inexistência de melhores alternativas, como exaustivamente demonstrado nos autos do Processo 4.942/95, que possibilitem à Administração fazer uso do fornecimento contínuo de materiais; Considerando o pressuposto de que a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, não tem por objeto inviabilizar as aquisições de forma continuada de materiais pela Administração, nem foi esta a intenção do legislador; Considerando que, dependendo do produto pretendido,* ***torna-se conveniente, em razão dos custos fixos envolvidos no seu fornecimento, um dimensionamento do prazo contratual com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração;*** ***Considerando a similaridade entre o fornecimento contínuo e a prestação de serviços contínuos, vez que a falta de ambos "paralisa ou retarda o trabalho, de sorte a comprometer a correspondente função do órgão ou entidade"*** *(Decisão nº 5.252/96, de 25.06.96 – Processo nº 4.986/95); Considerando a prerrogativa conferida a esta Corte no art. 3º da Lei Complementar nº 01, de 09 de maio de 1994;* ***Resolve baixar a seguinte DECISÃO NORMATIVA: a) é admitida a interpretação extensiva do disposto no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, às situações caracterizadas como fornecimento contínuo, devidamente fundamentadas pelo órgão ou entidade interessados, caso a caso;*** *b) esta decisão entra em vigor na data de sua publicação."*

17. Além disso, em situação excepcional, o TCU, por meio do Acórdão n° 766/2010 – Plenário, admitiu que os contratos de compra/fornecimento fossem considerados serviços de natureza contínua, possibilitando, assim, a prorrogação dos respectivos ajustes até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

18. Dessa forma, verifica-se que excepcionalmente é possível a interpretação extensiva do art. 57, inc. II, da Lei de Licitações para os casos de fornecimento e compras, desde que preenchidos os requisitos de continuidade (inclusive a previsão em edital, em concordância com o art. 41 da Lei n° 8.666/93), e desde que a natureza do objeto face à finalidade do órgão e ao seu escorreito funcionamento justifique esta medida, o que se faz evidente ante o objeto do contrato, cuja necessidade estende-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, e a interrupção no fornecimento pode comprometer a continuidade da prestação dos serviços prestados pela administração.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 1004
Rubrica

19. Portanto, em relação ao caso que surge, verifica-se a possibilidade da alteração do prazo inicialmente pactuado por entender que o caso em concreto se amolda, em tese, aos requisitos legais estabelecidos na Lei 8.666/93 e ao entendimento jurisprudencial dos Tribunais de Contas, respeitando-se a especificidade do caso concreto.

20. Tem-se como sendo conveniente registrar, ainda, que a pretensão da Administração é tempestiva, vez que o aludido contrato se encontra em vigor. No que tange ao aspecto jurídico e formal da minuta, constata-se que sua elaboração se deu com observância da legislação que rege a matéria.

03.1 DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

21. Trata-se de imposição legal a necessidade de juntada da devida declaração de disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes do aditivo no exercício em curso, ou indicação da parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que há os créditos ou empenhos para sua cobertura.

03.2 DA MANUTENÇÃO DAS MESMAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO.

22. Outrossim, torna-se a salientar que o valor global do contrato estará respeitando o limite do Art. 65 da Lei das Licitações, não havendo nenhum óbice aparente à legalidade do Aditivo pretendido ante a preservação das condições inicialmente avençadas, versando a presente consulta sobre a possibilidade de inclusão de rota escolar.

23. Além disso, cabe a autoridade verificar se a contratada ainda atende às condições que foram exigidas quando da realização da licitação, na forma do que dispõem o Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, consignando o preenchimento de tais condições nos autos.

> *Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*
> *XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.*

24. Sendo assim, cabe à autoridade competente observar se a empresa contratada ainda atende tais requisitos de habilitação e qualificação técnica, como ato de zelo ao erário público municipal, em plena observância dos princípios licitatórios que regem esta contratação.

25. Estando, pois, toda a tramitação aparentando a plena regularidade legal sobre seus procedimentos, crê-se na regularidade do procedimento até o presente compasso, pelo que se conclui o que segue.

04. CONCLUSÃO.

26. Ante o exposto, conclui-se, salvo melhor juízo, presentes os pressupostos de regularidade jurídica dos autos, ressalvado o juízo de mérito da Administração e os

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Fls 1005
Rubrica

aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise dessa assessoria jurídica, que após atestada a presença de todos os requisitos elencados neste parecer, será juridicamente válida a realização do Termo Aditivo de prazo do contrato nº 401/2021, 402/2021, 403/2021, 404/2021, 405/2021, 406/2021, 407/2021, 408/2021, 409/2021 e 410/2021, oriundo do Pregão Eletrônico nº 034/2021, nos termos do artigo 57 da Lei 8.666/93.

27. A título de orientação resumida e sem prejuízo de tudo que já foi exposto no bojo deste parecer, deve ser observado objetivamente os procedimentos básicos para tal desiderato, para efeito de plena regularidade da instrução processual, nos seguintes termos:

a) Formalização do procedimento nos mesmos autos do processo administrativo de contratação;

b) Verificação da regularidade da empresa contratada junto às fazendas públicas.

c) Comprovação da existência de disponibilidade orçamentária para cobertura da despesa.

d) Formalização do ajuste, com publicação do Termo Aditivo.

28. Viseu/PA, 12 de outubro de 2022.

Agérico H. Vasconcelos dos Santos
Procurador Geral do Município
de Viseu
Decreto N° 014/2022

Procurador Geral do Município de Viseu-PA
Agérico H. Vasconcelos dos Santos
Decreto nº. 0014/2022